ISSN: 2358-8829

A VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

Lenilza da Silva Ramos [1]
Francilha Florêncio da Silva [2]
Severina Florêncio da Silva [3]
Íris Araújo da Silva [4]

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a diversidade étnico-cultural no cenário educacional brasileiro consolidou-se normativamente com a Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o estudo da história e da cultura indígena e afro-brasileira. No esteio dessa prerrogativa, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) preconiza a valorização das matrizes originárias como forma de desenvolver o respeito à alteridade e à cidadania. Todavia, o grande desafio contemporâneo reside em transpor esses preceitos para a práxis cotidiana, superando abordagens pontuais e sazonais.

No contexto da Educação do Campo, essa demanda assume centralidade ainda mais premente, uma vez que a escola rural constitui um espaço vital de construção da identidade e de diálogo intercultural. Sob a ótica da pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), o ato educativo opõe-se à mera transmissão bancária de conteúdos, fundamentando-se na dialogicidade e na problematização da realidade concreta dos educandos. Desse modo, articular as diretrizes curriculares ao patrimônio imaterial indígena exige uma intencionalidade pedagógica que tome **os** conhecimentos prévios e as vivências sensoriais dos discentes como pontos de ancoragem para uma aprendizagem genuinamente significativa e contextualizada.

Diante desse panorama, o presente estudo apresenta a experiência de uma intervenção pedagógica de natureza interdisciplinar realizada no ano letivo de 2024, envolvendo turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental I da Escola municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Sebastiana Antônia Fernandes de Farias, situada na zona rural do município de Curral de Cima, Paraíba. A pesquisa estruturou-se

[1] Doutora em Ciências Educação pela Word University Ecumenical, lenilzaramos@hotmail.com;
[2] Mestra em Ciências da Educação pela University Emil Brunner World, francilhaprof@gmail.com;
[3] Graduada em Letras pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, severinaflorencio@gmail.com;
[4] Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, irisaraujo330@gmail.com;

a partir das seguintes metas: Objetivo Geral: Promover o respeito e a compreensão das tradições indígenas, articulando conteúdos culturais e curriculares. Objetivos Específicos**:** Integrar os conteúdos de Língua Portuguesa e das demais áreas do conhecimento às práticas culturais originárias; proporcionar vivências sensoriais e experiências práticas relacionadas à cultura indígena no ambiente escolar; e estimular a reflexão crítica acerca da diversidade étnica e da consolidação da cidadania ativa na infância.

Fundamentada nos pressupostos teóricos de Paulo Freire (1996) e nos documentos norteadores nacionais, como a BNCC (2018), a metodologia utilizada na investigação sustentou-se em uma abordagem de natureza mista (qualitativa e quantitativa), associando a pesquisa bibliográfica à pesquisa-ação de caráter participativo. Para materializar a transversalidade proposta, foram desenvolvidas sequências didáticas que culminaram em apresentação e a exposição de alimentos típicos da culinária indígena, tais como a macaxeira, o coco e o peixe, aliadas a oficinas de pintura corporal, transformando o espaço escolar em um ambiente de imersão sensorial, cultural e cognitiva.

Justifica-se a relevância deste artigo pela necessidade de documentar empiricamente, por meio de registros fotográficos e planos de ensino, como o planejamento pedagógico estruturado no contexto da Educação do Campo pode descortinar novos caminhos para uma educação inclusiva, crítica e socialmente referenciada, cujos desdobramentos teóricos e práticos serão analisados nas seções subsequentes.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A vivência pedagógica foi realizada com as turmas do 1º e 2º ano dos anos iniciais e as demais turma do Ensino Fundamental I da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Sebastiana Antônia Fernandes de Farias, localizada na zona rural do município de Curral de Cima - PB. Inicialmente, os alunos participaram de uma acolhida com música indígena e sons da natureza, proporcionando um ambiente de interação e curiosidade sobre a temática. Em seguida, ocorreu uma roda de conversa com questionamentos sobre os povos indígenas, seus costumes, alimentação e modo de vida. Na disciplina de Língua Portuguesa e nas demais disciplina, foi realizada a leitura deleite do texto “Os Povos Indígenas”, seguida de interpretação oral e identificação de informações importantes presentes no contexto.

Os estudantes participaram da construção coletiva de listas contendo alimentos e adereços indígenas, como cocar, colares, mandioca, milho, peixe e tapioca. As atividades escritas foram adaptadas conforme o nível de aprendizagem das turmas. Os alunos do 1º ano desenharam um indígena e escreveram nomes de alimentos indígenas, enquanto os alunos do 2º ano produziram frases relacionadas aos conteúdos estudados, as demais turmas realizaram frases e as produções de acordo com os gêneros textuais.

Na disciplina de Ensino Religioso, foram utilizadas imagens das crianças apresentados os alimentos, pinturas corporais, brincadeiras e vestimentas indígenas para promover reflexões sobre diversidade cultural e respeito às diferenças. Já nas aulas de Educação Física, foram desenvolvidas brincadeiras inspiradas na cultura indígena, como corrida em um pé, arremesso no alvo, cabo de guerra e dança indígena no contexto coletivo. Essas atividades estimularam a coordenação motora, o equilíbrio, a cooperação e a expressão corporal dos estudantes. Como culminância, foi realizado um momento de apresentação e socialização de alimentos típicos da cultura indígena, em que os alunos observaram, experimentaram e conversaram sobre os alimentos apresentados.

Recorte de algumas ações desenvolvidas integraram-se de forma estrita às competências e habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), mapeadas conforme os respectivos componentes curriculares e paginações oficiais:

- **Língua Portuguesa (1º e 2º anos):**
  - **EF01LP16** – Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, fotolegendas em álbuns, fotos, cartazes, notícias, entre outros textos curtos (BRASIL, 2018, p. 101);
  - **EF01LP25** – Produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, listas de regras, avisos, convites, receitas, instruções de montagem, legendas para fotos, entre outros textos (BRASIL, 2018, p. 103);
  - **EF02LP13** – Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, cartazes e folhetos informativos, avisos, convites, receitas, instruções de montagem, dentre outros textos (BRASIL, 2018, p. 113);
  - **EF02LP19** – Escrever textos curtinhos em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor (BRASIL, 2018, p. 115).

- **Ensino Religioso:**
  - **EF01ER01** – Identificar e respeitar as diferentes formas de viver, as crenças e as tradições culturais e religiosas de sua comunidade e de outros grupos sociais (BRASIL, 2018, p. 441).

- **Educação Física:**

- **EF12EF01** – Experimentar, fruir e recriar brinquedos, brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional (BRASIL, 2018, p. 221);
- **EF12EF03** – Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios de brinquedos e jogos populares do contexto comunitário e regional, respeitando as regras (BRASIL, 2018, p. 221).

- **Matemática:**

- **EF01MA01 (1º ano):** Utilizar números naturais como indicador de quantidade ou de ordem em diferentes situações cotidianas.
- **EF01MA04 (1º ano):** Contar a quantidade de objetos de coleções até 100 unidades e apresentar o resultado por registros verbais e simbólicos.
- **EF02MA01 (2º ano):** Comparar e ordenar números naturais (até a ordem de centenas) pela compreensão de características do sistema de numeração decimal.

- **História**

- **EF01HI08 / EF01HI09) (1º ano):** Identificar, respeitar e valorizar as diferenças entre as pessoas de sua convivência e os diferentes grupos sociais.
- **(EF02HI02) (2º ano):** Identificar e descrever práticas e papéis sociais que as pessoas exercem em diferentes comunidades.

- **Ciência**

- **EF01CI01**Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem e descarte consciente
- **EF02CI06** (2º ano) Identificar as principais partes de uma planta (raiz, caule, folhas, flores e frutos) e suas funções, e reconhecer a diversidade de plantas.

Em suma, a prática pedagógica foi desenvolvida de forma interdisciplinar, utilizando no contexto que favoreceram o conhecimento da cultura indígena como parte de nossa herança histórico-cultural a partir da realidade dos alunos, por isso as atividades partiram da realidade deles para que tornasse um trabalho articulando a disciplina de Língua Portuguesa e outros componentes curriculares.

REFERENCIAL TEÓRICO

A práxis libertadora de Paulo Freire na educação do campo e na interculturalidade entender a prática pedagógica na Educação do Campo na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Sebastiana Antônia Fernandes de Farias, na comunidade da Pedra Furada, na área rural do município de Curral de Cima-PB. exige o rompimento com modelos instrucionais rígidos e descontextualizados que historicamente ignoraram as especificidades culturais das populações rurais e originárias. Sob a perspectiva de Paulo Freire (1996), o ato educativo deve ser um exercício de libertação e de conscientização, opondo-se veementemente à chamada "educação bancária", na qual o estudante é tratado como um receptáculo passivo de conteúdos fragmentados.

ISSN: 2358-8829

Na visão freireana, quando a escola ignora a realidade cultural do aluno, ela pratica uma invasão cultural que anula a identidade do educando (FREIRE, 1987). Para o autor, "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996, p. 25). No cenário de uma escola rural, essa premissa demanda um currículo vivo, que dialogue diretamente com a identidade e o território dos discentes.

A inserção dos saberes tradicionais e da cultura indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental encontra eco na necessidade de uma educação dialógica. Freire (1987) defende de forma indireta que o homem se desumaniza quando é privado de sua capacidade de expressar e transformar o seu próprio meio através da palavra. O diálogo, na teoria freireana, não se reduz a uma mera conversa cordial, mas constitui "o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu" (FREIRE, 1987, p. 78). Ao trazer elementos do patrimônio imaterial indígena para o centro da atividade curricular, a escola promove a problematização da realidade, transformando objetos cotidianos e manifestações culturais em ricos canais de alfabetização e letramento social. Desse modo, o conhecimento deixa de ser um pacote alienígena imposto de fora e passa a ser uma extensão significativa da vivência dos alunos.

Ademais, a valorização das matrizes originárias na infância atua diretamente na constituição da autonomia e da cidadania crítica. Quando crianças do campo experimentam oficinas de pintura corporal e os elementos da flora e da fauna, desde a manipulam alimentos típicos da culinária indígena, como a macaxeira, o coco e o peixe, opera-se uma pedagogia da cotidianidade e da sensibilidade. Isso se alinha à teoria freireana de que o desenvolvimento da autonomia discente deve ocorrer respeitando-se os saberes com os quais as classes populares chegam à escola (FREIRE, 1996).

O autor destaca ainda que "o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não fazer uns aos outros" (FREIRE, 1996, p. 59). Portanto, reconhecer e legitimar as práxis pedagógicas trabalhadas sobre os povos originários de maneira contínua e transversal, de contextualizar as aprendizagens trabalhando temas meramente sazonais, superando as abordagens dentro do espaço escolar, significa combater as assimetrias históricas e instrumentalizar as novas gerações para o exercício de uma cidadania multicultural, baseada no respeito mútuo e na preservação da memória coletiva. Sob esse prisma, a abordagem da cultura indígena no

ISSN: 2358-8829

ambiente escolar é fundamental para promover o reconhecimento e a valorização dos povos originários do Brasil, uma vez que trabalhar essa temática nos anos iniciais do Ensino Fundamental possibilita às crianças compreenderem a diversidade cultural existente no país, desenvolvendo atitudes de respeito, empatia e valorização das diferenças desde a infância.

Nesse contexto, o plano de aula interdisciplinar em questão foi desenvolvido com alunos do Ensino Fundamental, envolvendo de forma integrada as disciplinas de Língua Portuguesa, Ensino Religioso, Educação Física e Arte. A proposta buscou apresentar aspectos centrais da cultura indígena, como a alimentação, os costumes, os adereços, as brincadeiras e as formas de viver, por meio de atividades lúdicas, leitura, oralidade e interação coletiva. A realização dessa prática pedagógica, fundamentada nos direitos de aprendizagem da BNCC (2018) e na perspectiva identitária de Daniel Munduruku (2009, p. 14), permitiu integrar diferentes áreas do conhecimento, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais significativo, participativo e eficiente para fortalecer o respeito à diversidade cultural.

Por conseguinte, a prática educativa interdisciplinar no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consolida-se como um tema de extrema relevância na atualidade. Ao analisar a valorização da cultura indígena nos anos iniciais do Ensino Fundamental I na Escola Sebastiana Antônia de Farias, este estudo debruça-se sobre a importância da intencionalidade pedagógica no desenvolvimento das atividades escolares. Nesse cenário, as diretrizes da BNCC atuam como elementos-chave para a construção de competências, habilidades e aprendizagens significativas na infância, evidenciando que a comunicação nesse processo se torna mais participativa e efetiva quando se valorizam e se articulam os conhecimentos prévios e a bagagem cultural dos alunos.

Essa articulação corrobora a premissa de que o ato de ensinar não pode ser pautado no improviso. A intencionalidade pedagógica, portanto, surge como o fio condutor que transforma o espaço escolar em um ambiente de desenvolvimento integral. Quando o educador planeja uma atividade com objetivos claros, alinhados aos direitos de aprendizagem propostos pela base nacional, cada ação em sala de aula passa a ter um propósito definido, superando a mera distração ou o ativismo desprovido de reflexão crítica. Nesse sentido, Celso Vasconcellos (2002) assevera que o planejamento é um instrumento de transformação da realidade, opondo-se radicalmente à rotina alienada e

ao espontaneísmo. Essa perspectiva converge com o pensamento de Celso dos Santos Vasconcellos (2002), o qual defende que o ato de planejar transcende o preenchimento de formulários administrativos, constituindo-se como um compromisso ético e político do educador. De acordo com o autor:

> O planejamento pedagógico não é uma exigência burocrática, mas sim um processo de reflexão sobre a prática, que exige intencionalidade, clareza de objetivos e compromisso com a aprendizagem de todos os estudantes. (VASCONCELLOS, 2002, p. 45).

Ao transpor essa visão para o estudo da cultura indígena na instituição escolar, a intencionalidade pedagógica preconizada pelo autor atua como um mecanismo crítico. Ela garante que a temática dos povos originários seja destituída de abordagens meramente folclóricas, sazonais ou estereotipadas, passando a ser legitimada no **currículo** como um direito humano, social e histórico fundamental.

As Competências, Habilidades e Aprendizagem Significativa Sob essa ótica, a transição do ensino focado na memorização para um modelo baseado em competências e habilidades exige uma postura ativa da criança. A aprendizagem torna-se significativa na medida em que o novo conhecimento se ancora em estruturas mentais já existentes. Assim, as dez competências gerais da BNCC não devem ser enxergadas como metas isoladas, mas como ferramentas para que o aluno compreenda a realidade, exerça sua autonomia e resolva problemas complexos da vida cotidiana desde os primeiros anos de escolarização.

Essa mudança paradigmática encontra eco nos estudos de Philippe Perrenoud (2000), que define competência como a capacidade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos - como saberes, capacities e informações, para solucionar com eficácia uma série de situações complexas. De acordo com o sociólogo e pedagogo:

> Desenvolver competências significa criar situações de aprendizagem que desafiem os alunos a pensar, a utilizar o que sabem para resolver problemas reais e a transferir esses conhecimentos para novos contextos." (PERRENOUD, 2000, p. 15).

Dessa forma, ao trabalhar a temática indígena de maneira interdisciplinar, a BNCC estabelece marcos legais e éticos fundamentais para os currículos locais, determinando que: "O reconhecimento da diversidade cultural, o respeito às diferenças e o conhecimento das matrizes indígenas e afro-brasileiras constituem componentes essenciais para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva." (BRASIL, 2018,

ISSN: 2358-8829

p. 62). Portanto, estimula-se a criança a conectar conceitos da história, geografia e linguística para desenvolver a empatia, o respeito à diversidade e o pensamento crítico.

A Valorização dos Conhecimentos Prévios, desse modo, o diagnóstico dos conhecimentos prévios deixa de ser uma etapa burocrática e assume um papel pedagógico vital. Ao reconhecer o repertório cultural, social e histórico que a criança traz de sua vivência familiar e comunitária, o professor estabelece uma ponte de comunicação horizontal e afetiva. É a partir desse ponto de partida real que os novos saberes ganham sentido para o estudante, minimizando ruídos na comunicação pedagógica e garantindo que o processo de ensino-aprendizagem seja, de fato, inclusivo, dialógico e transformador.

Ademais, ao lidar com as culturas originárias, é crucial compreender que a construção do conhecimento para esses povos fundamenta-se na oralidade, na escuta atenta e na vivência comunitária, distanciando-se de modelos puramente eurocêntricos. O escritor e pensador indígena Daniel Munduruku (2000) argumenta sobre o impacto profundo desse reconhecimento na constituição identitária e na formação da alteridade desde a infância: Saber quem somos é o primeiro passo para o respeito ao outro que nasce pelo respeito a si mesmo. Quem se respeita, respeita o outro.” MUNDURUKU, 2000, p. 97).

Ao transpor essa perspectiva para as salas de aula dos anos iniciais, a escola cumpre um papel político e pedagógico essencial: válida a epistemologia e os saberes prévios desses povos e desmistifica preconceitos e estereótipos históricos enraizados. Dessa forma, a prática educativa evidencia aos alunos que a diversidade cultural não configura uma barreira para a comunicação, mas sim uma riqueza coletiva a ser partilhada e valorizada.

A valorização da cultura indígena no contexto escolar contribui para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é importante que os alunos compreendam e respeitem as diferentes manifestações culturais presentes na sociedade. De acordo com Daniel Munduruku, escritor indígena brasileiro, “Conhecer a cultura indígena é reconhecer a riqueza das raízes do nosso país e aprender a respeitar a diversidade de povos e saberes que formam o Brasil”. Essa perspectiva reforça a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas que valorizem os conhecimentos dos povos originários e promovam o respeito às diferenças culturais.

ISSN: 2358-8829

A interdisciplinaridade favorece a integração entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo que os conteúdos sejam trabalhados de forma contextualizada e significativa. Dessa forma, atividades envolvendo leitura, escrita, oralidade, brincadeiras e produção artística tornam-se importantes instrumentos para o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa visão integrada dialoga diretamente com a pedagogia indígena, na qual o aprendizado não ocorre em caixas isoladas, mas na totalidade da vida.

Como bem define o escritor e educador Daniel Munduruku (2009):

> A educação indígena é uma educação para a vida integral. Ela acontece no cotidiano, através do exemplo, da palavra dita, do mito contado, do desenho na pele, do brinquedo inventado. Tudo é pedagógico porque tudo está interligado.” (MUNDURUKU, 2009, p. 45).

Ao trazer essa abordagem para o chão da escola, o processo de ensino-aprendizagem resgata a circularidade dos saberes, transformando o espaço escolar em um ambiente vivo onde a teoria se materializa na experiência prática e sensível dos alunos. Ao transpor essa visão para o estudo da cultura indígena na Escola Sebastiana Antônia Fernandes de Farias, a intencionalidade garante que o tema não seja abordado de forma folclórica ou estereotipada, mas sim como um direito humano e histórico.

As Competências, Habilidades e Aprendizagem Significativa Sob essa ótica, a transição do ensino focado na memorização para um modelo baseado em competências e habilidades exige uma postura ativa da criança. A aprendizagem torna-se significativa na medida em que o novo conhecimento se ancora em estruturas mentais já existentes.

Assim, as dez competências gerais da BNCC não devem ser enxergadas como metas isoladas, mas como ferramentas para que o aluno compreenda a realidade, exerça sua autonomia e resolva problemas complexos da vida cotidiana desde os primeiros anos de escolarização.

Essa mudança paradigmática encontra eco nos estudos de Philippe Perrenoud (2000), que define competência como a capacidade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos - como saberes, capacities e informações para solucionar com eficácia uma série de situações complexas.

De acordo com o sociólogo e pedagogo:

> Desenvolver competências significa criar situações de aprendizagem que desafiem os alunos a pensar, a utilizar o que sabem para resolver problemas reais e a transferir esses conhecimentos para novos contextos." (PERRENOUD, 2000, p. 15).

ISSN: 2358-8829

Dessa forma, ao trabalhar a temática indígena de maneira interdisciplinar, a BNCC estabelece marcos legais e éticos fundamentais para os currículos locais, determinando que: "O reconhecimento da diversidade cultural, o respeito às diferenças e o conhecimento das matrizes indígenas e afro-brasileiras constituem componentes essenciais para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva." (BRASIL, 2018, p. 62). Portanto, estimula-se a criança a conectar conceitos da história, geografia e linguística para desenvolver a empatia, o respeito à diversidade e o pensamento crítico.

A Valorização dos Conhecimentos Prévios, desse modo, o diagnóstico dos conhecimentos prévios deixa de ser uma etapa burocrática e assume um papel pedagógico vital. Ao reconhecer o repertório cultural, social e histórico que a criança traz de sua vivência familiar e comunitária, o professor estabelece uma ponte de comunicação horizontal e afetiva. É a partir desse ponto de partida real que os novos saberes ganham sentido para o estudante, minimizando ruídos na comunicação pedagógica e garantindo que o processo de ensino-aprendizagem seja, de fato, inclusivo, dialógico e transformador.

Ademais, ao lidar especificamente com a cultura originária, é crucial compreender que a própria construção do conhecimento para estes povos parte da escuta e da vivência. O escritor e pensador indígena Daniel Munduruku (2000) argumenta sobre o impacto desse reconhecimento na constituição identitária da criança: “Saber quem somos é o primeiro passo para o respeito ao outro que nasce pelo respeito a si mesmo. Quem se respeita, respeita o outro.” (MUNDURUKU, 2000, p. 97).

Ao trazer essa perspectiva para as salas de aula dos anos iniciais, a escola valida os saberes prévios e mitifica preconceitos históricos, mostrando aos alunos que a diversidade é uma riqueza a ser partilhada, e não uma barreira para a comunicação. A valorização da cultura indígena no contexto escolar contribui para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é importante que os alunos compreendam e respeitem as diferentes manifestações culturais presentes na sociedade.

De acordo com Daniel Munduruku, escritor indígena brasileiro, “Conhecer a cultura indígena é reconhecer a riqueza das raízes do nosso país e aprender a respeitar a diversidade de povos e saberes que formam o Brasil”. Essa perspectiva reforça a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas que valorizem os conhecimentos dos povos originários e promovam o respeito às diferenças culturais. Por meio de práticas

pedagógicas interdisciplinares nos anos iniciais do Ensino Fundamental, promoveu-se a valorização da cultura dos povos originários a partir do reconhecimento de seus aspectos fundamentais, costumes e formas de viver. Essa abordagem permitiu aos discentes identificar alimentos e adereços tradicionais, além de incentivar a participação em brincadeiras inspiradas na cultura indígena. Paralelamente, as atividades integradas impulsionaram o desenvolvimento da oralidade, da leitura e da escrita, estimulando de maneira contínua o respeito à diversidade cultural.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade consolidou-se como elemento catalisador da integração curricular, viabilizando o trato dos conteúdos de forma contextualizada e significativa. Desse modo, as ações articuladas envolvendo a leitura, as rodas de conversa, o lúdico e as produções artísticas converteram-se em instrumentos imprescindíveis para o desenvolvimento integral e crítico dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prática pedagógica possibilitou a participação ativa dos alunos em diferentes experiências de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento da oralidade, da leitura, da escrita e da socialização. As rodas de conversa estimularam a curiosidade e a troca de conhecimentos entre os estudantes, permitindo que expressassem suas opiniões e percepções sobre a cultura indígena. As brincadeiras e atividades corporais promoveram momentos de interação, cooperação e valorização cultural, contribuindo para o fortalecimento das relações entre os alunos. Além disso, a culminância com alimentos típicos tornou a aprendizagem mais significativa, aproximando os estudantes de elementos presentes na cultura indígena. Observou-se também que a abordagem permitiu realizar, uma reflexão significativa sobre o trabalho desenvolvido, promovendo maior envolvimento, interesse e a identificação da própria cultura nos traços dos povos originários. Além disso, favoreceu a compreensão dos alunos de reconhecerem a sua própria cultura indígena como parte integrante de sua herança cultural e de sua própria identidade. fortaleceu a



diversidade, o respeito e a socialização entre as demais turmas que trabalharam a mesma temática por meio de diferentes componentes curriculares.

A prática interdisciplinar, no trabalho com a literatura oral e escrita, articulado à Língua Portuguesa e aos demais componentes, gerou alto engajamento e uma aprendizagem significativa.

Ademais, a abordagem desenvolvida ao longo do ano letivo demonstrou que a temática explorada entre as diferentes turmas fortaleceu o respeito à diversidade, o diálogo e o senso de comunidade, promovendo uma formação continuada e comprometida com a valorização da diversidade cultural.

A práxis pedagógica implementada caracterizou-se por um rigoroso planejamento metodológico de forma ativa, cuja culminância engajou ativamente a comunidade escolar e expandiu as fronteiras da sala de aula. Essa articulação viabilizou a imersão dos discentes em múltiplas experiências de aprendizagem, catalisando o desenvolvimento substancial da oralidade, da leitura, da escrita e dos processos de socialização. Sob essa perspectiva, as rodas de conversa atuaram como importantes dispositivos pedagógicos, estimulando o interesse investigativo e a troca de saberes entre os pares. Esse espaço dialógico permitiu que os estudantes exteriorizassem suas representações, opiniões e percepções críticas acerca da complexidade da cultura indígena, validando a expressão de suas próprias subjetividades.

Paralelamente, as atividades lúdicas e corporais funcionaram como vetores de interação e cooperação mútua, impulsionando a valorização cultural e o fortalecimento dos vínculos socioafetivos entre os alunos. Do mesmo modo, a experiência sensorial proporcionada pela introdução de alimentos típicos na culminância do projeto corporificou o conceito de aprendizagem significativa.

Essa estratégia materializou a proximidade dos educandos com os elementos cotidianos da cultura originária, ancorando conceitos históricos e geográficos abstratos em vivências concretas e perceptíveis no ambiente escolar. Essa aproximação prática dialoga diretamente com o pensamento de Daniel Munduruku (2009, p. 14), ao afirmar que *"a cultura indígena não está no passado, ela é viva, dinâmica e se manifesta no dia a dia, nos costumes, na culinária e na relação com o mundo"*. Desse modo, ao vivenciarem esses elementos em sala de aula, os discentes superaram a visão linear dos livros didáticos, compreendendo a contemporaneidade desses povos.

ISSN: 2358-8829

Ademais, os dados empíricos colhidos evidenciaram que a abordagem interdisciplinar foi determinante para que os discentes compreendessem o protagonismo histórico e a centralidade dos povos indígenas na formação da identidade sociocultural do Brasil. Em suma, os resultados convergentes desta investigação-ação demonstraram de forma inequívoca que a temática indígena possui densidade para ser explorada transversalmente ao longo de todo o ano letivo. Essa continuidade pedagógica consolida-se como um instrumento imprescindível para a superação de abordagens sazonais, estruturando uma práxis educativa genuinamente orientada ao respeito à diversidade cultural e à alteridade.

A aula interdisciplinar sobre os Povos Indígenas foi realizada na Escola Municipal da zona rural do município de Curral de Cima–PB, envolvendo as turmas do 1º e 2º ano e as demais turmas do Ensino Fundamental I, em um trabalho coletivo entre as professoras. A atividade teve como objetivo proporcionar aos alunos um momento de aprendizado, conhecimento e valorização da cultura indígena, por meio de diferentes práticas pedagógicas.

Inicialmente, os estudantes participaram de uma acolhida e roda de conversa, onde dialogaram sobre quem são os povos indígenas, seus costumes, alimentação, adereços e modo de vida. Em seguida, foi realizada a leitura e interpretação de um texto sobre os povos indígenas, incentivando a participação e a oralidade dos alunos. Durante a aula, também foram trabalhadas listas de adereços e alimentos indígenas, além de atividades de produção oral e escrita, nas quais os estudantes puderam expressar o que aprenderam. Como parte da culminância, houve um momento especial de socialização e apresentação dos alimentos típicos, no qual cada aluno contribuiu trazendo algum alimento para complementar a atividade, tornando o momento ainda mais significativo e participativo.

A vivência pedagógica permitiu que as crianças conhecessem melhor a diversidade cultural dos povos indígenas**,** compreendendo a importância do respeito às diferentes culturas presentes na sociedade. Esse momento coletivo favoreceu a troca de conhecimentos, a interação entre as turmas e o fortalecimento do aprendizado de forma dinâmica e significativa.

De acordo com Daniel Munduruku, importante autor indígena brasileiro: *Conhecer a cultura indígena é reconhecer a riqueza das raízes do nosso país e aprender a respeitar a diversidade de povos e saberes que formam o Brasil."*

Essa forma, a vivência em sala de aula contribuiu para despertar nos alunos a curiosidade, o respeito e a valorização da história e da cultura dos povos indígenas. Partindo da premissa de reconhecer a importância desses saberes no processo educativo, a atividade buscou promover uma aprendizagem significativa, permitindo que os estudantes conhecessem a cultura indígena e compreendessem, ainda que de forma introdutória, aspectos de seu contexto histórico. Assim, reforça-se a relevância de abordar essas temáticas no ambiente escolar A valorização da diversidade cultural na escola favorece a formação de alunos mais conscientes e respeitosos. Ao compreender o que o aluno já sabe, o professor pode construir pontes entre esse conhecimento prévio e os objetivos de aprendizagem propostos pela BNCC. Dessa forma, é possível promover experiências significativas no processo de ensino e aprendizagem.

Os conteúdos trabalhados em sala podem apresentar às crianças aspectos importantes da cultura brasileira, incluindo a história e a cultura dos povos originários. Assim, os alunos têm a oportunidade de conhecer, valorizar e refletir sobre a contribuição dos povos indígenas para a formação da sociedade. Ao desenvolver essa prática pedagógica, percebe-se que esse trabalho pode ser realizado ao longo de todo o ano letivo, com a adequação de materiais e atividades que abordem essa perspectiva cultural. Dessa maneira, o estudo da cultura indígena não precisa ocorrer apenas em um período, deve estar no currículo, mas pode estar presente em diferentes momentos do ano, enriquecendo o aprendizado e ampliando o respeito à diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do plano de aula interdisciplinar na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Sebastiana Antônia de Farias contribuiu substancialmente para a ampliação do repertório cognitivo e cultural dos discentes acerca das matrizes originárias do Brasil. Sob o amparo normativo da BNCC e fundamentado nas premissas, de Perrenoud e Vasconcellos sobre a intencionalidade do planejamento, além da perspectiva identitária de Daniel Munduruku, as metodologias ativas empregadas viabilizaram a apropriação do conhecimento por meio de interações lúdicas e dialógicas.

Os dados empíricos ratificaram o fomento ao respeito à alteridade e a consolidação de dinâmicas de sociabilidade na infância. Essa imersão prática coaduna-se com a pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), ao demonstrar que a superação de saberes alienados ocorre via educação conscientizadora. Ao partir dos conhecimentos prévios e

da realidade do campo, a intervenção promoveu a autonomia dos educandos e consolidou o espaço escolar rural como território legítimo de valorização da memória histórica e exercício da cidadania multicultural.

Outrossim, por meio de uma abordagem metodológica de natureza mista, (qualitativa e quantitativa), associando a pesquisa bibliográfica à pesquisa-ação de caráter participativo, evidenciou a eficácia do construto interdisciplinar no processo de ensino - aprendizagem. Os resultados validaram a exequibilidade e a relevância epistemológica da integração de diferentes campos do saber a partir de um tema gerador comum, demonstrando como a articulação de conteúdos potencializa o desenvolvimento integral dos estudantes.

Diante das evidências observadas na práxis, depreende-se que a abordagem da história e da cultura indígena prescinde de ações efêmeras, demandando inserção contínua e transversal no ecossistema escolar para desencadear processos reflexivos duradouros. Esses achados encontram-se solidamente amparados nas fontes documentais examinadas, como: registros fotográficos e planos de ensino incluindo, as quais atestam a superação de visões folclorização mediante uma práxis pedagógica metodologicamente fundamentada e efetivamente transposta para o cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 23 mai. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)**. Brasília: MEC, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MUNDURUKU, Daniel. **Histórias de índio**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2000.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem da cultura brasileira. São Paulo: Angra, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2012.

ISSN: 2358-8829

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002